

TCU vai intensificar investigação no Comperj



Indícios de irregularidades identificados no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) levaram o Tribunal de Contas da União (TCU) a intensificar o trabalho de fiscalização dos gastos da Petrobras no empreendimento. Por pouco, o plenário da corte não obrigou a companhia a suspender a ordem de pagamento ao consórcio formado pelas empresas Odebrecht, UTC Engenharia e PPI Plantas Industriais, responsáveis pelas obras na Central de Desenvolvimento de Plantas e Unidades (CDPU) do complexo. Ontem, o ministro José Jorge negou o pedido de cautelar que previa a suspensão de repasses ao empreendimento. A iniciativa havia partido do ministro-substituto André de Carvalho. O contrato do projeto previu, originalmente, o desembolso total de R\$ 3,83 bilhões. Jorge, que é relator do processo de fiscalização na estatal, considerou que o dano causado por eventual interrupção dos recursos seria superior aos benefícios almejados com a medida cautelar. “Entendo não ser, ao menos por ora, recomendável [a suspensão de pagamentos] para este caso concreto”, afirmou.